

**PROCESSO Nº. 035/2026**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 005/2026**  
**EDITAL Nº. 024/2026**

**CONDIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO**  
**OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – MENOR PREÇO**

A Prefeitura Municipal de Tarumã, com sede na Rua Aroeira, 482 - Vila das Árvores, telefone/fax (0XX18) 3373 – 4700, por intermédio da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, com apoio técnico da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando **“CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA”** do tipo **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, conforme especificado no preâmbulo deste Edital, em conformidade pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Lei Complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto Municipal nº 3.001/2023 e suas posteriores alterações, bem como as condições a seguir estabelecidas.

**1. PREÂMBULO**

1.1. A sessão pública será processada e conduzida pelo Agente de Contratação com o auxílio da Equipe de Apoio designados nos autos do processo em epígrafe, mediante inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo **PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL** – [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br), nos seguintes prazos e condições:

**INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: dia 21 de maio de 2026, às 09h00.**

**LOCAL:** [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br) (acesso identificado no link - licitações).

1.2. O fornecedor deverá observar as datas e horários limites previstos para a abertura das propostas atentando-se também para a data e horário para o início da disputa.

1.3. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

1.4. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

1.5. O edital e seus anexos estão disponíveis através do site [www.taruma.sp.gov.br/empresa/licitacoes](http://www.taruma.sp.gov.br/empresa/licitacoes).

**2. DO OBJETO**

2.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura para a execução de obra civil de adequação e reforma da infraestrutura do Estádio Municipal Cassídio Pinto, no Município de Tarumã/SP, contemplando intervenções na cobertura, arquibancada, cercamento/gradil, áreas de circulação, estacionamento, drenagem pluvial, pintura e serviços complementares,



incluindo o fornecimento integral de mão de obra, materiais, equipamentos, transporte, insumos e demais elementos necessários à completa execução do objeto, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

## **2.2 DO REGIME DE EXECUÇÃO**

O regime de execução adotado será o de empreitada por preço global, nos termos do art. 46 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza integrada dos serviços e a necessidade de execução completa e funcional do objeto, conforme definido no Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e demais peças técnicas que instruem o processo.

## **2.3 DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

O prazo de execução será de até 90 (noventa) dias, conforme cronograma físico-financeiro, contado da emissão da Ordem de Serviço, devendo os serviços ser iniciados em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da respectiva Ordem de Serviço, podendo o prazo ser prorrogado nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente em razão de condições climáticas adversas devidamente comprovadas ou outros fatores supervenientes que impactem a execução contratual.

## **3. DO LOCAL DE EXECUÇÃO**

3.1. Os serviços serão executados no Estádio Municipal Cassídio Pinto, localizado na Avenida das Orquídeas, Centro, Município de Tarumã/SP, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições constantes no Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais peças técnicas que integram o presente edital.

3.2. A definição da ordem de execução das frentes de serviço observará o cronograma físico-financeiro e as diretrizes estabelecidas pela Administração e pela fiscalização, podendo ser ajustada conforme necessidades operacionais, condições técnicas, segurança do local, circulação de usuários e demais circunstâncias verificadas durante a execução contratual.

## **3.3. DO LOCAL E DAS FRENTES DE EXECUÇÃO**

Os serviços serão executados no Estádio Municipal Cassídio Pinto e em suas áreas de intervenção, contemplando, conforme as peças técnicas, adequação e reforma da cobertura, arquibancada, cercamento/gradil, áreas de circulação, estacionamento, drenagem pluvial, pintura e serviços complementares.

**Parágrafo único.** As áreas, dimensões, quantitativos e demais especificações técnicas encontram-se detalhadas nas peças técnicas que integram o presente edital, devendo a execução observar os projetos, memoriais, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e determinações da fiscalização.

## **4. DA VISTORIA**

4.1. A vistoria técnica tem por finalidade propiciar às licitantes o pleno conhecimento das condições locais de execução dos serviços, incluindo características físicas, peculiaridades do Estádio Municipal Cassídio Pinto, áreas de intervenção, acessos, circulação no entorno e demais elementos que possam influenciar na formulação da proposta.



4.2. A realização da vistoria técnica é facultativa, não constituindo condição de habilitação, cabendo à licitante avaliar sua conveniência e responsabilidade na obtenção das informações necessárias à elaboração de sua proposta.

4.3. As licitantes interessadas poderão realizar vistoria técnica, por intermédio de representante legal ou profissional habilitado, devidamente credenciado, com capacidade técnica para análise das condições do local.

4.4. O período para realização da vistoria iniciar-se-á no primeiro dia útil subsequente à publicação do edital e encerrar-se-á no dia útil anterior à data da sessão pública, devendo ser previamente agendada junto ao Setor de Engenharia, por meio do telefone (18) 3373-4700, ramal 5914, sendo realizada de segunda a sexta-feira, das 08h30 às 16h00, acompanhada por servidor designado pela Administração.

4.5. No ato da vistoria, o representante da licitante deverá apresentar documento de identificação oficial e documento que comprove sua vinculação à empresa, podendo ser exigida a apresentação de credencial ou autorização formal.

4.6. A licitante que optar por não realizar a vistoria deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, **Declaração de Pleno Conhecimento das Condições do Local e de Execução dos Serviços**, atestando que possui conhecimento suficiente das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto, assumindo integral responsabilidade por sua proposta.

4.7. A não realização da vistoria não poderá ser invocada como fundamento para pedidos de alteração contratual, reequilíbrio econômico-financeiro ou quaisquer alegações de desconhecimento das condições locais, presumindo-se que a licitante tomou ciência de todas as informações necessárias à adequada execução do objeto.

## 5. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. A subcontratação será admitida apenas para parcelas específicas, complementares ou acessórias do objeto, desde que previamente autorizada pela Administração e desde que não comprometa a integralidade técnica, a qualidade, a segurança e a responsabilidade pela execução contratual, permanecendo a contratada como única responsável perante a Administração.

5.2. É vedada a subcontratação da totalidade do objeto, bem como a transferência integral da responsabilidade técnica e operacional pela execução da obra, especialmente quanto às parcelas que exijam responsabilidade técnica direta do profissional indicado pela contratada.

5.3. A subcontratação dependerá de prévia e expressa autorização da Administração, devendo a contratada apresentar, quando solicitado, a identificação da subcontratada, a descrição da parcela a ser subcontratada e a documentação técnica pertinente, quando exigível, para análise e aprovação.

5.4. A contratada responderá integralmente pelos atos praticados pela subcontratada, inclusive quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais, técnicas e de segurança do trabalho.



5.5. A subcontratação não implicará qualquer relação jurídica entre a Administração e a subcontratada, vedada a formação de vínculo direto, permanecendo íntegra a responsabilidade contratual da contratada principal.

## **6. DA PARTICIPAÇÃO**

### **6.1. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

6.1.1. Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas regularmente constituídas no País, cujo objeto social seja compatível com o objeto da contratação, devidamente credenciadas no sistema eletrônico indicado neste Edital e que atendam integralmente às condições nele estabelecidas.

6.1.2. A participação na licitação implica aceitação plena e irrevogável de todas as condições do edital e seus anexos, bem como a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.

### **6.2. VEDAÇÕES À PARTICIPAÇÃO**

6.2.1. Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação:

I – o autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II – empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;

III – pessoa jurídica suspensa, impedida de licitar e contratar ou declarada inidônea, enquanto perdurarem os efeitos da sanção, observados os limites legais de sua aplicação;

IV – licitante que atue com o propósito de fraudar sanção administrativa, inclusive por intermédio de empresas controladoras, controladas ou coligadas;

V – aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente público responsável pelo certame, pela fiscalização ou gestão do contrato, ou com autoridade competente, incluindo cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau;

VI – empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da legislação societária, concorrendo entre si;

VII – pessoa jurídica condenada, nos últimos 5 (cinco) anos, por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou contratação irregular de adolescentes;

VIII – cooperativas de trabalho, quando incompatíveis com a execução do objeto, nos termos da legislação aplicável.



### **6.3. PARTICIPAÇÃO EM APOIO TÉCNICO**

6.3.1. A vedação prevista nos incisos I e II do item 6.2 não impede a participação dos referidos agentes exclusivamente em atividades de apoio técnico à Administração, desde que sob supervisão direta, sem atuação como licitante e sem prejuízo à isonomia, à competitividade e à lisura do certame.

### **6.4. PARTICIPAÇÃO DIRETA E INDIRETA**

6.4.1. Considera-se participação indireta qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil entre o licitante e o autor do projeto ou agentes envolvidos na contratação, quando tal vínculo puder comprometer a isonomia, a competitividade ou a imparcialidade do certame.

6.4.2. As disposições deste item aplicam-se, no que couber, ao Agente de Contratação, à equipe de apoio, à fiscalização, à gestão contratual e à autoridade competente.

### **6.5. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS**

6.5.1. Cada licitante poderá apresentar apenas uma proposta, sendo vedada a participação simultânea em mais de uma proposta, ainda que por intermédio de empresas vinculadas, quando caracterizada situação que comprometa a competitividade ou a independência das propostas.

6.5.2. As propostas e documentos de habilitação deverão ser encaminhados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.5.3. Até a abertura da sessão pública, o licitante poderá substituir ou retirar sua proposta.

### **6.6. PROCEDIMENTOS NO SISTEMA ELETRÔNICO**

6.6.1. O envio da proposta e dos documentos de habilitação dar-se-á mediante utilização de chave de acesso e senha pessoal, sendo de exclusiva responsabilidade do licitante o seu sigilo.

6.6.2. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, assumindo os riscos decorrentes de eventual desconexão, falha de acesso ou inobservância das mensagens e convocações realizadas no sistema.

6.6.3. Os documentos do licitante melhor classificado serão disponibilizados para análise após o encerramento da fase de lances, observado o procedimento previsto neste Edital.

6.6.4. Poderão ser solicitados documentos complementares, esclarecimentos ou saneamento de falhas, quando cabível, nos termos da Lei nº 14.133/2021, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de inabilitação ou desclassificação, conforme o caso.

### **6.7. DOCUMENTOS E VALIDADE**





6.7.1. Somente será exigida a apresentação de documentos originais quando houver dúvida quanto à autenticidade dos documentos digitais.

6.7.2. Quando solicitado, o licitante deverá apresentar os documentos originais ou autenticados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

6.7.3. Os documentos deverão estar em nome da matriz ou filial participante, conforme o caso, ressalvadas as exceções legais e os documentos que, por sua natureza, sejam emitidos apenas em nome da matriz.

6.7.4. Documentos em língua estrangeira deverão ser acompanhados de tradução juramentada, quando necessária à sua análise.

## **6.8. JULGAMENTO E INABILITAÇÃO**

6.8.1. O Agente de Contratação poderá suspender a sessão para análise dos documentos, realização de diligências ou saneamento de falhas, informando nova data e horário no sistema eletrônico.

6.8.2. Será inabilitado o licitante que deixar de apresentar documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com este Edital, ressalvada a possibilidade de saneamento de falhas ou complementação de informações, quando admitida pela legislação aplicável.

## **7. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

### **7.1. DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO**

7.1.1. Para fins de fruição dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, o licitante deverá declarar, no sistema eletrônico, quando do envio da proposta:

I – que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte;

II – que atende aos limites legais de receita bruta para manutenção do enquadramento;

III – que não incorre em qualquer das hipóteses legais impeditivas para fruição do tratamento favorecido.

7.1.2. A ausência das declarações implicará renúncia tácita ao tratamento diferenciado, não sendo possível sua posterior alegação.

### **7.2. DIREITO DE PREFERÊNCIA — EMPATE FICTO**

7.2.1. Considera-se empate, para fins de aplicação do tratamento favorecido, a existência de proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte com valor até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta classificada, desde que esta não tenha sido apresentada por ME/EPP.

7.2.2. Nessa hipótese, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, contado da convocação pelo sistema, sob pena de preclusão.



7.2.3. Não sendo exercido o direito de preferência, serão convocadas as demais licitantes enquadradas como ME/EPP, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

7.2.4. Na ausência de licitantes enquadradas como ME/EPP aptas ao exercício do direito de preferência, permanecerá classificada a proposta originalmente vencedora.

### **7.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

7.3.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação de habilitação, ainda que contenha restrições quanto à regularidade fiscal e trabalhista.

7.3.2. Constatada a existência de restrição, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3.3. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital, facultando-se à Administração a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

### **7.4. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES**

7.4.1. Os benefícios previstos nesta cláusula não se aplicam quando a melhor proposta válida já houver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.4.2. O tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte será aplicado na forma da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei nº 14.133/2021, não se aplicando nas hipóteses legais de vedação, especialmente quando configurada situação prevista no art. 4º, §1º, II, da Lei nº 14.133/2021.

## **8. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

8.1. A Concorrência Eletrônica será realizada em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

8.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar da Concorrência Eletrônica deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, intransferíveis, obtidas por meio do sítio da Plataforma de Licitações Licitar Digital: [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br).

8.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Tarumã/SP, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

8.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes à Concorrência Eletrônica.



8.5. A participação na Concorrência Eletrônica dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e dos documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados a data e o horário limite estabelecidos neste Edital.

8.6. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e a aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como o atendimento às exigências de habilitação nele previstas.

**8.7. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:**

8.7.1. Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital, cumprio plenamente os requisitos de habilitação nele definidos e que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

8.7.2. Declaro, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir dos 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

8.7.3. Declaro que a proposta apresentada para esta licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e compreende a integralidade dos custos necessários à execução do objeto;

8.7.4. Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.7.5. Declaro, quando for o caso, estar enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa apta ao tratamento favorecido, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas aplicáveis, estando ciente das condições legais para exercício do direito de preferência;

8.7.6. Declaro que cumprio as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, quando aplicável, nos termos da legislação vigente;

8.7.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

**9. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**

9.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos exigidos pela plataforma, observadas as condições previstas neste Edital.

9.2. Os licitantes apresentarão suas propostas mediante a apresentação dos seguintes documentos:





9.2.1. Carta de Apresentação da Proposta, conforme modelo disponibilizado, já consideradas inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, transporte, seguro e demais custos necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

9.2.2. Orçamento discriminado, elaborado em conformidade com a estrutura da planilha orçamentária de referência da Administração, vedado o acréscimo, supressão ou alteração de itens e quantitativos previstos, devendo o licitante apresentar preços unitários e preço global para os materiais e serviços, bem como o valor total da proposta, expresso em moeda corrente nacional.

9.2.3. Os preços apresentados deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à completa execução do objeto, inclusive materiais, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, despesas administrativas, equipamentos, transporte, seguros, tributos e demais ônus incidentes, não sendo admitida, após a abertura da sessão pública, qualquer alegação de omissão de custos ou erro na composição dos preços apresentados.

a) Condições de pagamento, conforme especificado neste Edital;

b) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública;

c) Prazo de execução, conforme especificado neste Edital;

d) Mão de obra, ferramentas, equipamentos auxiliares, transporte, insumos e demais meios necessários à execução dos serviços serão de responsabilidade da contratada.

9.3. Os preços apresentados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência inicial do contrato, observadas as disposições deste Edital e do instrumento contratual. Na hipótese de prorrogação da vigência contratual, e desde que atendidos os requisitos legais aplicáveis, poderá ser admitido reajuste mediante aplicação do INCC — Índice Nacional de Custo da Construção, ou outro que venha a substituí-lo.

9.4. Os preços apresentados englobam todos os custos diretos e indiretos relativos ao atendimento do objeto desta licitação, incluindo, entre outros, taxas, tributos, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, despesas administrativas, viagens, refeições, estadias, fretes, seguros, equipamentos, materiais, mão de obra e demais custos necessários à execução integral da obra.

9.5. Serão rejeitadas, parcial ou totalmente, as propostas que contenham rasuras, inconsistências ou vícios que comprometam sua análise, identificação ou validade.

9.6. Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Edital não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.



9.7. A proposta, depois de aberta, ficará vinculada à licitação pelo seu prazo de validade, não sendo permitida sua retirada ou desistência, salvo por motivo resultante de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo Agente de Contratação, sem prejuízo da possibilidade de saneamento de falhas formais, esclarecimentos ou adequações admitidas pela legislação aplicável e por este Edital.

9.8. O orçamento-base da Administração foi elaborado considerando a composição de custos diretos e indiretos, encargos sociais e demais despesas incidentes sobre a execução do objeto, incluindo o Benefício e Despesas Indiretas – BDI, já incorporado aos valores estimados constantes da planilha orçamentária. O licitante deverá elaborar sua proposta observando a estrutura e os quantitativos do orçamento-base, sendo vedada a alteração dos itens e quantidades previstos, admitindo-se apenas a apresentação de preços unitários e global próprios, considerados incluídos todos os custos necessários à execução integral do objeto, não sendo admitida a apresentação de valores adicionais, BDI apartado ou qualquer acréscimo posterior ao preço final ofertado. A planilha orçamentária de referência indica BDI de 22% e valor total estimado de R\$ 596.455,51.

**9.9. A proposta deverá ser inserida na plataforma [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br) pelo interessado ou representante legal até às 09h00min do dia 21 de maio de 2026.**

9.10. Até a data e hora marcadas como fim do recebimento de propostas, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

9.11. Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo Agente de Contratação, sujeitando-se o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.12. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, apresentarem irregularidades insanáveis ou contiverem vícios que comprometam sua validade, julgamento ou execução do objeto.

9.13. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

9.14. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como inexistente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

## **10. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES**

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas para a execução do objeto.

10.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante, quando a identificação for vedada pelo sistema ou comprometer o sigilo da etapa competitiva.



10.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, a ser realizado na fase de aceitação.

10.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.8. O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de julgamento indicado neste Edital.

10.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

10.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**10.11. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).**

10.12. Será adotado, para o envio de lances na Concorrência Eletrônica, o modo de disputa "aberto e fechado".

10.13. O modo de disputa aberto e fechado seguirá a seguinte ordem de etapas:

10.13.1. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

10.13.2. Vencido o prazo previsto no item anterior, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

10.13.3. Encerrada a recepção de lances, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar lance final e fechado, no prazo de até 5 (cinco) minutos, o qual permanecerá sigiloso até o encerramento desse prazo.

10.13.4. Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 10.13.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer lance final e fechado, no prazo de até 5 (cinco) minutos, o qual permanecerá sigiloso até o encerramento desse prazo.

10.13.5. Encerrados os prazos estabelecidos para apresentação de lances finais e fechados, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.



10.13.6. Se não houver lance final e fechado classificado, poderá haver reinício da etapa fechada, na forma admitida pelo sistema eletrônico e pela legislação aplicável, para que os demais licitantes, observada a ordem de classificação, possam ofertar novo lance final e fechado.

10.13.7. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências de habilitação, o Agente de Contratação examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a seleção daquela que atenda ao Edital.

10.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da obtenção da proposta mais vantajosa.

10.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação, mediante registro fundamentado.

10.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

10.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.18. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.21. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta não for microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como das demais classificadas, para fins de aplicação do disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.23. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema, contado da convocação para tanto.



10.24. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo de até 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.26. A ordem de apresentação pelos licitantes poderá ser utilizada como critério de classificação pelo sistema, de maneira que somente poderá haver empate entre propostas iguais não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.27. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, e não sendo aplicável ou já tendo sido esgotado o tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, serão observados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

10.27.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.27.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações;

10.27.3. desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.27.4. desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.28. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos licitantes que atendam aos seguintes critérios:

10.28.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

10.28.2. empresas brasileiras;

10.28.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.28.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da legislação aplicável.

10.29. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios legais, a proposta vencedora será definida por sorteio pelo sistema eletrônico, dentre as propostas empatadas.

10.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha





apresentado o melhor preço, para que seja obtida proposta mais vantajosa, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

10.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.32. O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie, por meio do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, acompanhada da planilha orçamentária ajustada e, se for o caso, dos documentos complementares necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.33. Após a negociação do preço e o envio da proposta ajustada, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **11. DA NEGOCIAÇÃO**

11.1. Após o encerramento da etapa de lances, a aplicação do empate ficto, se for o caso, e a definição da proposta melhor classificada, o Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o menor preço, visando à obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração, observado o critério de julgamento estabelecido neste Edital, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas nele previstas.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.3. Finalizada a negociação, o licitante melhor classificado deverá apresentar proposta ajustada ao último valor ofertado ou negociado, quando solicitado pelo Agente de Contratação.

## **12. DA HABILITAÇÃO**

### **12.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

12.1.1. Para fins de habilitação jurídica, o licitante deverá apresentar, conforme sua natureza jurídica:

- a) registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado das alterações posteriores ou da respectiva consolidação;
- c) no caso de sociedade por ações, estatuto social em vigor, acompanhado dos documentos de eleição ou designação de seus administradores, devidamente registrados e publicados, quando exigível;
- d) no caso de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício, quando aplicável;



e) no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f) no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, documento hábil que comprove tal condição, quando necessário à fruição dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, sem prejuízo da declaração prestada no sistema eletrônico.

## 12.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

12.2.1. Para fins de comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, o licitante deverá apresentar:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas — CNPJ;

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade perante a Fazenda Federal e a Dívida Ativa da União, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil — RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional — PGFN;

d) prova de regularidade perante a Fazenda Estadual da sede do licitante, mediante certidão expedida pelo órgão competente, com prazo de validade em vigor;

e) para as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade perante a Fazenda Estadual poderá ser comprovada por meio das certidões emitidas pela Secretaria da Fazenda e Planejamento, quanto aos débitos não inscritos, e pela Procuradoria Geral do Estado, quanto aos débitos inscritos em dívida ativa, conforme aplicável;

f) prova de regularidade perante a Fazenda Municipal da sede do licitante, quanto aos tributos mobiliários, mediante certidão expedida pelo órgão competente, com prazo de validade em vigor;

g) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS;

h) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas — CNDT, ou certidão positiva com efeitos de negativa.

## 12.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.3.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, o licitante deverá apresentar:

a) certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou certidão positiva acompanhada de plano de recuperação judicial homologado e em pleno vigor, nos termos da Súmula nº 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

b) balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei,



devidamente registrados no órgão competente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

c) para as empresas constituídas há menos de 2 (dois) anos, será admitida a apresentação das demonstrações contábeis referentes ao último exercício social exigível ou, no caso de empresa recém-constituída, balanço de abertura, na forma da lei;

d) quando as demonstrações contábeis tiverem sido encerradas há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, poderão ser atualizadas por índices oficiais.

12.3.2. A boa situação econômico-financeira será demonstrada mediante apresentação dos seguintes índices, extraídos do balanço patrimonial:

a) Índice de Liquidez Corrente — LC, igual ou maior que 1,00:

$$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

b) Índice de Liquidez Geral — LG, igual ou maior que 1,00:

$$LG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}$$

c) Índice de Endividamento — EN, igual ou inferior a 0,50:

$$EN = \text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo} / \text{Ativo Total}$$

12.3.3. Deverá ser comprovado capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma do art. 69, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

## 12.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.4.1. Para fins de qualificação técnica, o licitante deverá apresentar certidão de registro ou inscrição da empresa e de seu responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia — CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo — CAU, conforme o caso, em plena validade e compatível com o objeto da licitação.

12.4.2. A comprovação da capacidade técnico-operacional deverá ser feita mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) a execução anterior de obra ou serviço de engenharia compatível com o objeto da presente licitação.

12.4.3. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, deverá ser demonstrada a execução de serviço de maior relevância técnica e valor significativo, consistente em fornecimento e montagem de estrutura metálica em aço carbono ASTM-A36, ou serviço tecnicamente equivalente de estrutura metálica para cobertura ou edificação, em quantitativo mínimo de 1.160 kg.

12.4.4. Serão admitidos atestados que apresentem nomenclatura diversa da utilizada neste Edital, desde que demonstrem, de forma clara e suficiente, a execução de serviços tecnicamente compatíveis em características, complexidade e relevância com o objeto licitado.



12.4.5. A comprovação da capacidade técnico-profissional deverá ser feita mediante apresentação de atestado(s) em nome do profissional indicado como responsável técnico, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico — CAT, Registro de Responsabilidade Técnica — RRT, Certidão de Acervo Técnico com Atestado ou documento equivalente expedido pelo conselho profissional competente, que comprove(m) a execução de obra ou serviço de engenharia compatível com o objeto da licitação.

12.4.6. O profissional indicado como responsável técnico deverá possuir atribuição compatível com o objeto da contratação e responderá tecnicamente pela execução dos serviços, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada perante a Administração.

12.4.7. A comprovação do vínculo do responsável técnico com a licitante poderá ser feita por meio de contrato social, registro em carteira profissional, ficha de empregado, contrato de prestação de serviços, termo de compromisso de vinculação profissional ou outro documento idôneo que demonstre a disponibilidade do profissional para a execução do objeto.

12.4.8. O profissional indicado pela licitante deverá participar da execução do objeto, admitindo-se sua substituição somente por profissional de experiência equivalente ou superior, mediante prévia aprovação da Administração.

12.4.9. A comprovação da capacidade técnica poderá ser efetuada por meio de um único atestado ou por mais de um atestado, desde que, em conjunto, demonstrem o atendimento às exigências previstas neste Edital.

12.4.10. Não serão aceitos protocolos de entrega, solicitações de documentos ou documentos provisórios em substituição às certidões, registros, atestados, CAT, RRT ou documentos equivalentes exigidos para fins de habilitação técnica.

12.4.11. A licitante deverá apresentar declaração indicando o profissional responsável técnico pela execução dos serviços, acompanhada de declaração individual subscrita pelo profissional indicado, autorizando sua indicação e declarando ciência de sua responsabilidade técnica na execução contratual.

12.4.12. A licitante deverá apresentar declaração de vistoria técnica expedida pela Administração ou, caso opte por não realizar a vistoria, declaração de pleno conhecimento das condições locais de execução dos serviços, assumindo integral responsabilidade pela elaboração de sua proposta e pela execução do objeto.

## **12.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES**

12.5.1. Além dos documentos indicados nos itens anteriores, deverão ser apresentadas as seguintes declarações:

a) declaração de que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregando menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregando menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;



b) declaração de que cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho de seus empregados e colaboradores;

c) declaração, sob as penas da lei, de que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, comprometendo-se a comunicar a ocorrência de fatos supervenientes;

d) declaração de que não está impedida ou suspensa de licitar e contratar com a Administração Pública, nem foi declarada inidônea, nos termos da legislação aplicável;

e) declaração de concordância com os termos e condições do Edital e de seus anexos;

f) declaração de que a proposta apresentada contempla todos os custos necessários à completa execução do objeto, inclusive materiais, mão de obra, equipamentos, transporte, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributos, seguros e demais despesas diretas e indiretas;

g) declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;

h) em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, declaração de enquadramento nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, bem como de que não incorre em qualquer das hipóteses legais impeditivas para fruição do tratamento favorecido.

## 12.6. VALIDADE DOS DOCUMENTOS

12.6.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas aquelas expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

12.6.2. Os documentos deverão estar em nome da matriz ou da filial participante do certame, conforme o caso, ressalvados os documentos que, por sua natureza, sejam emitidos somente em nome da matriz.

12.6.3. Documentos apresentados em língua estrangeira deverão estar acompanhados de tradução juramentada, quando necessária à sua análise.

## 12.7. MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

12.7.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que esta apresente alguma restrição.

12.7.2. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

12.7.3. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital,





facultando-se à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

## **12.8. DILIGÊNCIAS E SANEAMENTO**

12.8.1. O Agente de Contratação poderá solicitar esclarecimentos, informações adicionais e a realização de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.8.2. Será admitido o saneamento de falhas formais ou de vícios sanáveis, desde que não seja alterada a substância da proposta ou dos documentos de habilitação e que não haja violação à isonomia entre os licitantes.

12.8.3. Poderá ser admitida a juntada de documento destinado a complementar informações acerca de documentos já apresentados ou a atualizar documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.8.4. É vedada a substituição ou apresentação posterior de documento que deveria comprovar condição de habilitação inexistente na data de abertura da sessão pública, salvo nas hipóteses expressamente admitidas pela legislação aplicável.

## **12.9. RESPONSABILIDADE DO LICITANTE**

12.9.1. O licitante é responsável pela veracidade, autenticidade e atualidade das informações e documentos apresentados, sujeitando-se às sanções legais e editalícias em caso de declaração falsa, fraude documental ou apresentação de informação inverídica.

12.9.2. O licitante responsabilizar-se-á por todas as transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, documentos, declarações e lances inseridos durante a sessão pública.

12.9.3. A Administração poderá consultar sítios eletrônicos oficiais e bases públicas de dados para verificar a autenticidade, validade e regularidade dos documentos apresentados.

## **13 - DA PROPOSTA FINAL**

13.1. Encerrada a fase de lances e, se houver, a negociação, o licitante melhor classificado deverá apresentar proposta final ajustada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, no prazo estabelecido pelo Agente de Contratação no sistema eletrônico.

13.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será considerada para fins de execução contratual, medições, pagamentos, análise de eventual reequilíbrio, aplicação de sanções e demais atos relacionados ao contrato.

13.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, contendo valores unitários e valor global em algarismos, devendo o valor global também ser indicado por extenso.

13.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os preços unitários, desde que compatíveis com o valor final ofertado ou negociado, devendo a licitante promover os ajustes formais necessários na planilha, sem majoração do valor



global final. No caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

13.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

13.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e das peças técnicas que o instruem, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações exigidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.6. A proposta final deverá ser acompanhada de planilha orçamentária ajustada ao valor final ofertado ou negociado, observada a estrutura, os itens, os quantitativos e as especificações constantes da planilha de referência da Administração, vedado o acréscimo, supressão ou alteração dos itens e quantitativos previstos.

13.7. A proposta final deverá conter o cronograma físico-financeiro ajustado ao valor final ofertado ou negociado, contemplando as etapas de execução e as respectivas parcelas de pagamento, em conformidade com o prazo de execução e com as diretrizes estabelecidas pela Administração.

13.8. A planilha orçamentária deverá contemplar os preços unitários, o valor total por item, o valor global da proposta e a indicação do BDI adotado, considerados incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à completa execução do objeto.

13.9. A licitante deverá informar os dados bancários para eventual pagamento dos serviços, sem prejuízo de posterior confirmação ou atualização quando da formalização contratual.

13.10. A não apresentação da proposta final ajustada, da planilha orçamentária ou do cronograma físico-financeiro no prazo concedido, ou sua apresentação em desconformidade com o Edital, poderá ensejar a desclassificação da proposta, após análise pelo Agente de Contratação, assegurada a possibilidade de saneamento de falhas formais quando cabível.

## **14 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO**

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimentos sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, por meio do sistema eletrônico LICITAR DIGITAL, no endereço [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br)

14.2. A impugnação ou o pedido de esclarecimento deverá ser apresentado de forma fundamentada, com a indicação clara dos pontos questionados, das razões do pedido e, quando for o caso, dos documentos necessários à análise.

14.3. O Agente de Contratação responderá à impugnação ou ao pedido de esclarecimento no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura da sessão pública, podendo requisitar subsídios técnicos ou jurídicos aos setores responsáveis pela elaboração do Edital, Projeto Básico e demais peças do processo.



14.4. Os esclarecimentos, decisões e eventuais retificações serão disponibilizados no sistema eletrônico utilizado para a realização do certame e, quando cabível, no sítio eletrônico oficial do Município de Tarumã/SP.

14.5. Em qualquer ocasião antecedente à data de abertura da sessão pública, a Administração poderá, por iniciativa própria ou em razão de impugnação, pedido de esclarecimento ou manifestação técnica, promover modificações nos termos do Edital ou de seus anexos.

14.6. Quando a modificação do Edital ou de seus anexos influenciar na formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame, com republicação pelos mesmos meios inicialmente utilizados, reabrindo-se o prazo originalmente estabelecido.

14.7. Quando a modificação não comprometer a formulação das propostas, a retificação poderá ser divulgada sem alteração da data da sessão pública, mediante justificativa da Administração.

14.8. Não serão conhecidas impugnações ou pedidos de esclarecimento apresentados fora do prazo legal, sem prejuízo da possibilidade de a Administração, de ofício, rever atos ou corrigir eventuais falhas identificadas no instrumento convocatório.

14.9. As respostas aos pedidos de esclarecimento e as decisões sobre impugnações integrarão o processo licitatório e vincularão a Administração e os licitantes, naquilo que alterarem, esclarecerem ou complementarem as condições do Edital.

14.10. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

## **15 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

15.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente em face do julgamento das propostas, do ato de habilitação ou inhabilitação de licitante, da anulação ou revogação da licitação, observado o procedimento previsto neste Edital e no sistema eletrônico.

15.2. Após a declaração do vencedor, será concedido prazo de 10 (dez) minutos para que os licitantes manifestem, em campo próprio do sistema eletrônico, a intenção de interpor recurso, de forma imediata e motivada.

15.3. O licitante cuja proposta tenha sido desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar sua intenção de recorrer no momento oportuno disponibilizado pelo sistema eletrônico.

15.4. A manifestação de intenção de recorrer deverá indicar, de forma objetiva, os fatos e fundamentos que o licitante pretende ver reexaminados, não sendo suficiente manifestação genérica ou desprovida de motivação mínima.

15.5. Admitida a intenção de recurso, o recorrente deverá apresentar suas razões no prazo de 03 (três) dias úteis, por meio do sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, contado do término do prazo



do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente informado e motivado, à autoridade superior, que deverá decidir no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.7. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de recorrer importará a decadência do direito de recurso quanto aos atos praticados na sessão, prosseguindo-se com o regular andamento do certame.

15.8. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.9. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.10. Não serão conhecidos os recursos interpostos fora dos prazos legais, sem motivação, por meio diverso do sistema eletrônico, ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

15.11. Encerrada a fase recursal e decididos os recursos eventualmente interpostos, o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação do objeto e homologação do certame, se for o caso.

## **16. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

16.1. Encerradas as fases de julgamento, habilitação e recursal, e constatada a regularidade dos atos praticados, o objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente.

16.2. Após a adjudicação, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório, caso verificada a legalidade, regularidade e conveniência da contratação.

16.3. A homologação do certame não gera direito automático à contratação, ficando a convocação do licitante vencedor condicionada à observância das disposições legais, orçamentárias e administrativas aplicáveis.

## **17. DO TERMO DE CONTRATO**

17.1. O adjudicatário será convocado formalmente pela Administração para assinar e devolver o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da convocação.

17.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário, apresentada dentro do prazo inicialmente concedido e aceita pela Administração.



17.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções previstas neste Edital e na Lei Federal nº 14.133/2021.

17.4. Na hipótese de o adjudicatário não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis ao licitante faltoso.

17.5. A assinatura do contrato ficará condicionada à manutenção das condições de habilitação e à inexistência de fato impeditivo para contratar com a Administração Pública.

## 18. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

18.1. A gestão e a fiscalização da execução contratual serão exercidas por servidores designados pela Administração, observadas as atribuições legais e regulamentares aplicáveis, especialmente quanto ao acompanhamento técnico, administrativo e operacional da obra.

**18.2. A fiscalização técnica da execução contratual ficará a cargo do servidor Sirlan Aparecido Ribeiro, ocupante do cargo de Coordenador de Programas, competindo-lhe acompanhar a execução dos serviços, verificar sua conformidade com o Edital, contrato, Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais peças técnicas.**

18.3. Os serviços deverão ser acompanhados por servidores designados pela área técnica competente, especialmente quanto à medição dos serviços executados, controle de qualidade, verificação dos materiais empregados, observância das normas técnicas, segurança do trabalho, registro de ocorrências e cumprimento dos prazos contratuais.

18.4. O fiscal do contrato deverá informar a seus superiores, em tempo hábil, qualquer situação que demande decisão ou providência que ultrapasse sua competência, especialmente quando envolver alteração de projeto, necessidade de aditivo, paralisação, atraso injustificado, desconformidade técnica, risco à segurança ou descumprimento contratual.

18.5. A fiscalização técnica e administrativa não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, não implicando corresponsabilidade do Município, de seus agentes ou prepostos, conforme previsto no art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**18.6. A contratada deverá observar estritamente as disposições do Decreto Municipal nº 3.194/2025, de 04 de fevereiro de 2025, que institui o Diário de Obras para obras públicas municipais realizadas pelo Poder Público Municipal e para obras em regime de execução por empreitada global contratadas pelo Município.**

18.7. O Diário de Obras deverá ser mantido atualizado durante toda a execução contratual, com o registro das principais ocorrências, frentes de serviço, condições climáticas, efetivo de pessoal, equipamentos utilizados, materiais empregados, medições, orientações da





fiscalização, eventuais paralisações, inconformidades e demais informações relevantes ao acompanhamento da obra.

18.8. As medições, atestos e recebimentos provisório e definitivo observarão a efetiva execução dos serviços, a conformidade com as peças técnicas e o regular registro no Diário de Obras, sem prejuízo das demais verificações exigidas pela fiscalização.

## 19 - DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado mediante medições periódicas dos serviços efetivamente executados, conforme os quantitativos apurados pela fiscalização, observada a planilha orçamentária contratual, o cronograma físico-financeiro e as demais condições estabelecidas no contrato.

19.2. As medições deverão ser verificadas e atestadas pelo fiscal do contrato ou servidor designado pela Administração, após análise da conformidade dos serviços executados com o Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, projetos técnicos e demais peças que instruem a contratação.

19.3. Somente serão objeto de medição e pagamento os serviços efetivamente executados, aceitos pela fiscalização e compatíveis com as especificações técnicas exigidas, podendo ser glosados os quantitativos ou valores correspondentes a serviços não executados, executados em desconformidade ou pendentes de correção.

19.4. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente regular, desde que a medição tenha sido atestada e que estejam atendidas as demais condições necessárias à liquidação da despesa.

19.5. A nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada dos documentos comprobatórios de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, bem como dos demais documentos exigidos no contrato ou solicitados pela fiscalização para fins de liquidação e pagamento.

19.6. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, inconsistência na medição, ausência de documento exigível ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização da pendência, sem ônus para a Administração.

19.7. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta indicada pela contratada, após o cumprimento integral das condições estabelecidas neste Edital, no contrato e nas normas aplicáveis à execução da despesa pública.

19.8. Poderão ser efetuadas retenções tributárias, previdenciárias ou outras legalmente exigíveis, na forma da legislação vigente, especialmente quanto aos tributos e contribuições incidentes sobre a contratação.

19.9. Não será efetuado pagamento antecipado, salvo nas hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável e devidamente justificadas nos autos.



19.10. A realização do pagamento não implicará aceitação definitiva dos serviços executados, nem afastará a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos, desconformidades, garantias técnicas ou obrigações previstas no contrato.

19.11. Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, os valores devidos serão atualizados monetariamente, conforme índice previsto no contrato, acrescidos de juros legais, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

## 20- DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

20.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação própria consignada no orçamento vigente do Município de Tarumã/SP, conforme reserva orçamentária e previsão constante nos autos do processo, observada a seguinte classificação:

**Órgão: 02 — Prefeitura Municipal de Tarumã**

**Unidade Orçamentária: 06 — Secretaria Municipal de Esportes e Lazer**

**Função: 27 — Desporto e Lazer**

**Subfunção: 812 — Desporto Comunitário**

**Programa: 0045 — Esporte para Todos**

**Projeto/Atividade: 1001 — Cobertura e Arquibancada Estádio “Cassídio Pinto”**

**Categoria Econômica: 4.4.90**

**Elemento de Despesa: 51 — Obras e Instalações**

**Ficha: 959**

**Fonte de Recurso: 01 — Tesouro**

**Aplicação: 110 — Geral**

**Valor reservado: R\$ 596.455,51**

20.2. A contratação possui adequação orçamentária no valor estimado de R\$ 596.455,51, conforme Nota de Reserva de Dotação nº 21/2026, com validade até 31/12/2026.

## 21. REAJUSTE DE PREÇOS

21.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência inicial do contrato, contada a partir da sua assinatura, observado o prazo contratual estabelecido neste Edital.

21.2. Na hipótese de prorrogação da vigência contratual, e desde que atendidos os requisitos legais aplicáveis, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do INCC — Índice Nacional de Custo da Construção, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas — FGV, ou outro índice que venha a substituí-lo, observado o disposto no art. 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.3. O reajuste dependerá de solicitação da contratada, devidamente instruída, e será precedido de análise pela Administração, podendo ser formalizado por apostilamento, quando não houver alteração contratual.

21.4. O reajuste não se confunde com a revisão contratual destinada ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, que poderá ocorrer a qualquer tempo, nas hipóteses legais previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, desde que devidamente comprovado o fato gerador e o impacto nos encargos da contratada.



## **22. DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

22.1. Em caso de pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro contratual, a contratada deverá apresentar requerimento formal, devidamente fundamentado e instruído com documentos comprobatórios do fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, que tenha impactado os encargos assumidos na contratação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.2. O pedido deverá demonstrar, de forma objetiva, a relação entre o fato alegado e o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, indicando os itens afetados, a variação de custos, a metodologia de cálculo utilizada e os documentos que comprovem o impacto sobre a execução contratual.

22.3. O requerimento será analisado pelos setores técnicos e administrativos competentes, cabendo à Administração decidir de forma motivada quanto ao cabimento, extensão e forma de eventual recomposição.

22.4. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato, sob pena de preclusão, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

22.5. A extinção do contrato não impedirá o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, desde que o pedido tenha sido formulado tempestivamente durante a vigência contratual, hipótese em que eventual indenização poderá ser formalizada por meio de termo indenizatório.

22.6. O reequilíbrio econômico-financeiro não se confunde com reajuste contratual, revisão de preços por mera variação ordinária de mercado ou recomposição decorrente de erro, omissão ou insuficiência na formulação da proposta da contratada.

## **23. DAS SANÇÕES POR INADIMPLÊNCIA**

23.1. O licitante ou a contratada será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital, especialmente quando:

I – der causa à inexecução parcial do contrato;

II – der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – der causa à inexecução total do contrato;

IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

23.2. Pela prática das infrações previstas neste Edital, poderão ser aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

23.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente nas hipóteses de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

23.5. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, observados os seguintes parâmetros:

I – multa moratória de 0,5% sobre o valor da parcela em atraso, por dia de atraso injustificado na execução do objeto, limitada a 10% do valor da parcela inadimplida;

II – multa compensatória de 10% sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de inexecução parcial do contrato;



III – multa compensatória de 20% sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total do objeto;

IV – multa de até 30% sobre o valor do contrato, nas hipóteses de fraude, declaração falsa, comportamento inidôneo ou prática de ato que cause grave prejuízo à Administração, observada a gravidade da conduta e os limites legais.

23.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 23.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo-o de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

23.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 23.1, bem como pelas infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo item, quando justificarem a imposição de penalidade mais grave, impedindo-o de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

23.8. A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou contratado.

23.9. Na hipótese de aplicação de multa, a Administração poderá descontar o respectivo valor de pagamentos eventualmente devidos à contratada, executar a garantia contratual, quando houver, ou promover a cobrança administrativa ou judicial, inclusive mediante inscrição em dívida ativa, se cabível.

23.10. A multa somente poderá ser afastada ou reduzida quando a contratada demonstrar, de forma suficiente, que o descumprimento decorreu de caso fortuito, força maior ou fato de terceiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

23.11. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

23.12. As sanções aplicadas serão registradas nos sistemas competentes, quando cabível, sem prejuízo das comunicações aos órgãos de controle e demais providências legais aplicáveis.

23.13. A licitante ou contratada estará sujeita, ainda, às demais penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no contrato e na legislação aplicável.

## **24. GARANTIA DOS SERVIÇOS**

24.1. A contratada deverá manter registro técnico detalhado da execução da obra, por meio de relatórios, medições, Diário de Obras, registros fotográficos, ART/RRT, documentos técnicos pertinentes e demais elementos necessários à comprovação da execução dos serviços, os quais servirão para fins de memória técnica, controle da garantia, rastreabilidade das intervenções executadas e guarda das informações técnicas do objeto.





24.2. Os relatórios e registros técnicos deverão conter, sempre que aplicável, a descrição dos serviços executados, datas de execução, frentes de trabalho, quantitativos, materiais empregados, equipamentos utilizados, responsável técnico, ocorrências relevantes, orientações da fiscalização e eventuais inconformidades ou correções realizadas.

24.3. A contratada responderá, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, pela solidez, segurança, funcionalidade, qualidade dos materiais e perfeita execução dos serviços realizados, sem prejuízo de prazos superiores previstos em normas técnicas, garantias de fabricantes ou legislação aplicável.

24.4. A responsabilidade da contratada abrangerá a reparação, correção, reconstrução, substituição ou refazimento de serviços, materiais, sistemas, elementos, componentes ou instalações que apresentem vícios, defeitos, falhas de execução, inconformidades técnicas ou comprometimento da funcionalidade, solidez ou segurança da obra.

24.5. A contratada obriga-se, ainda, a garantir os sistemas, elementos, componentes e instalações da obra em conformidade com as normas técnicas da ABNT aplicáveis ao objeto, inclusive normas de desempenho, garantia, uso, operação e manutenção, quando compatíveis com a natureza da intervenção executada.

24.6. As medidas corretivas decorrentes de acionamento da garantia deverão ser iniciadas no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contado do recebimento da solicitação formal da Administração, salvo quando se tratar de situação emergencial que coloque em risco a integridade física de pessoas, a segurança da edificação, a continuidade do uso do espaço público ou a preservação do patrimônio, hipótese em que as providências iniciais deverão ser adotadas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

24.7. Quando a solução definitiva demandar prazo superior aos previstos no item anterior, a contratada deverá apresentar justificativa técnica e cronograma de correção, sujeitos à aprovação da fiscalização, sem prejuízo da adoção imediata de medidas provisórias de segurança, isolamento, contenção ou mitigação do risco.

24.8. O recebimento provisório ou definitivo da obra não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança dos materiais e serviços executados, nem sua responsabilidade técnico-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **25. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

25.1. A adjudicatária deverá prestar garantia de execução contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, podendo optar por uma das seguintes modalidades, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021:

I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária.

25.2. A garantia deverá ser apresentada antes da assinatura do contrato, no prazo estabelecido pela Administração na convocação da adjudicatária, observadas as disposições legais aplicáveis, especialmente quanto à modalidade de garantia escolhida.



25.3. A assinatura e a eficácia do contrato poderão ficar condicionadas à comprovação da prestação da garantia, quando exigida pela Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis em caso de recusa injustificada da adjudicatária.

25.4. A garantia deverá assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, inclusive quanto a prejuízos decorrentes de inadimplemento, multas aplicadas, encargos e demais obrigações contratuais, na forma prevista no contrato e na legislação aplicável.

25.5. A garantia prestada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato e a emissão do Termo de Recebimento Definitivo do objeto, desde que inexistam pendências, multas, débitos ou obrigações a serem satisfeitas pela contratada.

25.6. Quando a garantia for prestada em dinheiro, será restituída com atualização monetária, na forma da legislação aplicável.

25.7. O contratante promoverá a liberação ou restituição da garantia no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da emissão do Termo de Recebimento Definitivo do objeto, mediante requerimento da contratada e após verificação da inexistência de pendências contratuais.

25.8. Na hipótese de alteração do valor contratual, inclusive em razão de acréscimos quantitativos ou qualitativos, a contratada deverá complementar o valor da garantia, de forma a manter o percentual originalmente estabelecido, no prazo a ser fixado pela Administração.

25.9. A garantia também deverá ser renovada ou complementada sempre que houver prorrogação de prazo, alteração contratual ou outra circunstância que implique necessidade de manutenção da cobertura durante toda a vigência contratual.

25.10. Quando a proposta apresentada pelo licitante vencedor for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida garantia adicional, correspondente à diferença entre o valor orçado pela Administração e o valor da proposta vencedora, nos termos do art. 59, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

25.11. A garantia adicional prevista no item anterior não substitui a garantia de execução contratual de 5% prevista neste Edital, devendo ser apresentada cumulativamente, quando cabível.

25.12. A não apresentação, complementação ou renovação da garantia no prazo fixado pela Administração poderá caracterizar descumprimento contratual, sujeitando a contratada às sanções previstas neste Edital e na legislação aplicável.

## **26. RECEBIMENTO DA OBRA**

26.1. Após concluídos os serviços, a contratada deverá requerer formalmente a realização de vistoria para fins de recebimento provisório da obra, dentro do prazo contratual de execução, sob pena de caracterização de mora, quando cabível.



26.2. O recebimento provisório será realizado pela fiscalização designada pela Administração, mediante vistoria técnica destinada a verificar a conformidade dos serviços executados com o contrato, Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, projetos técnicos e demais peças que instruem a contratação.

26.3. A vistoria para recebimento provisório será efetuada no prazo de até 15 (quinze) dias, contado do requerimento formal da contratada.

26.4. Constatada a conclusão da obra e o atendimento das exigências técnicas e contratuais, a fiscalização emitirá o Termo de Recebimento Provisório da Obra, circunstanciado e assinado pelas partes.

26.5. Caso a fiscalização constate a não conclusão integral da obra, a existência de vícios, pendências, inconformidades, serviços incompletos ou necessidade de correções, a contratada será formalmente notificada para sanar as irregularidades no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da contagem do prazo contratual e da aplicação das penalidades cabíveis, quando caracterizada mora ou inadimplemento.

26.6. O recebimento definitivo da obra será realizado por servidor ou comissão designada pela Administração, mediante emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra, no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da emissão do Termo de Recebimento Provisório.

26.7. O recebimento definitivo ficará condicionado à verificação da adequada execução do objeto, à ausência de vícios aparentes ou pendências impeditivas, à correção das inconformidades eventualmente apontadas no recebimento provisório e à apresentação dos documentos exigíveis para encerramento contratual.

26.8. A contratada deverá apresentar, quando cabível e conforme a natureza da obra executada, os documentos técnicos, fiscais, previdenciários e administrativos necessários ao recebimento definitivo, tais como ART/RRT de execução, Diário de Obras, relatórios técnicos, registros fotográficos, certidões previdenciárias relativas à obra, manuais, garantias de materiais ou equipamentos, laudos, aprovações ou certificados emitidos por órgãos competentes, quando exigíveis.

26.9. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, com as especificações técnicas, com as normas aplicáveis ou com as determinações da fiscalização, cabendo à contratada promover as correções, substituições, reparações ou refazimentos necessários, sem ônus adicional à Administração.

26.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da contratada pela solidez, segurança, funcionalidade, qualidade dos materiais e perfeita execução dos serviços, nem afastará sua responsabilidade civil, técnica, administrativa ou ético-profissional, nos limites estabelecidos na legislação e no contrato.

26.11. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá a contratada, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo superior em normas técnicas ou garantias específicas, da responsabilidade pela solidez e segurança dos materiais e serviços executados e pela funcionalidade da construção.



26.12. Identificado vício, defeito, incorreção, falha de execução ou desconformidade dentro do prazo de garantia, a contratada ficará responsável pela reparação, correção, reconstrução, substituição ou refazimento necessário, sem prejuízo das demais medidas administrativas e legais cabíveis.

## **27. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

27.1. A contratada responderá integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, inclusive aqueles decorrentes de impactos à vizinhança, resultantes de dolo ou culpa na execução do objeto, não sendo excluída ou reduzida essa responsabilidade pela fiscalização exercida pela Administração, tampouco por eventual subcontratação autorizada.

27.2. As atas das sessões públicas serão geradas eletronicamente pelo sistema, após o encerramento dos atos correspondentes, e deverão conter, no mínimo, o registro dos licitantes participantes, das propostas apresentadas, dos lances, da análise dos documentos, das decisões do Agente de Contratação, das manifestações de intenção de recurso, quando houver, e dos demais atos praticados durante a sessão.

27.3. Os demais atos do procedimento licitatório serão devidamente formalizados e registrados nos autos do processo administrativo correspondente.

27.4. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos deste Edital e de seus anexos, vinculando o licitante às condições nele estabelecidas.

27.5. A apresentação de documento falso ou a prestação de informações inverídicas ensejará a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante, conforme o caso, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

27.6. No julgamento da habilitação e das propostas, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas formais que não alterem a substância dos documentos, da proposta ou sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada no sistema ou nos autos e acessível aos interessados.

27.7. É facultado ao Agente de Contratação ou à autoridade competente promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, admitida a juntada de documentos destinados a complementar informações sobre documentos já apresentados ou a atualizar documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, observada a legislação aplicável.

27.8. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e as demais peças que compõem o processo licitatório, prevalecerão as disposições deste instrumento convocatório quanto às regras procedimentais da licitação, sem prejuízo da observância das especificações técnicas, projetos, memoriais, planilhas e demais documentos técnicos quanto à definição e execução do objeto.

27.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, considerando-se os dias de expediente no âmbito da Administração Pública, salvo disposição expressa em sentido diverso.



27.10. Todas as referências de tempo observarão o horário oficial de Brasília/DF, devendo ser registradas no sistema eletrônico e nos documentos relativos ao certame.

27.11. A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal medida, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, assegurado o devido processo legal.

27.12. A anulação do procedimento licitatório induz à anulação do contrato eventualmente celebrado, respeitados os direitos do contratado de boa-fé, inclusive quanto à indenização pelos encargos comprovadamente suportados, nos termos da legislação vigente.

27.13. Até a assinatura do contrato, a Administração poderá desclassificar proposta ou inhabilitar licitante, mediante decisão motivada, caso venha a ter conhecimento de fato superveniente que comprometa sua idoneidade, regularidade ou capacidade de execução do objeto.

27.14. O adjudicatário será convocado para assinatura do contrato no prazo previsto neste Edital, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

27.15. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar instrumento equivalente caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legais e editalícias.

27.16. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos limites estabelecidos no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

27.17. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os anexos e peças técnicas constantes do processo administrativo, incluindo minuta de contrato, declarações, modelo de proposta, cronograma físico-financeiro, Projeto Básico, Memorial Descritivo, planilha orçamentária, mapa de riscos e demais documentos pertinentes.

27.18. A contratada será responsável pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, sociais, ambientais e de segurança do trabalho decorrentes da execução do contrato, inexistindo qualquer vínculo empregatício entre seus empregados, prepostos ou subcontratados e a Administração.

27.19. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, com observância da Lei Federal nº 14.133/2021, da regulamentação municipal aplicável e dos princípios que regem as licitações e contratos administrativos.

27.20. Fica eleito o Foro da Comarca de Assis/SP para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta licitação e do contrato dela resultante, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Tarumã SP, 05 de maio de 2026.

**EDENILSON FRAZÃO**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**





## ANEXO I - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

### MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA CIVIL DE ADEQUAÇÃO E REFORMA DO ESTÁDIO MUNICIPAL CASSÍDIO PINTO, NO MUNICÍPIO DE TARUMÃ/SP, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE TARUMÃ, E, DE OUTRO, A EMPRESA CONTRATADA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato a Prefeitura Municipal de Tarumã, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 64.614.449/0001-22, neste ato representado por seu Secretário Municipal a Senhor \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_.XXX/XX e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_, simplesmente denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, e Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, com sede a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, neste ato representado por seu representante legal o Senhor \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade (RG) nº \_\_\_\_\_, e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº \_\_\_\_\_, simplesmente denominada CONTRATADA, celebram o presente, em observância a Concorrência Eletrônica nº. XXX/2026, homologado em \_\_\_\_\_, com fulcro na Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações, assim como pelas condições do Edital, termos da proposta vencedora e conforme as cláusulas e condições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de obra civil de adequação e reforma da infraestrutura do Estádio Municipal Cassídio Pinto, no Município de Tarumã/SP, contemplando intervenções na cobertura, arquibancada, cercamento/gradil, áreas de circulação, estacionamento, drenagem pluvial, pintura e serviços complementares, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, transporte e demais insumos necessários à perfeita execução do objeto, conforme especificações constantes no Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais peças técnicas que instruem a contratação.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA VINCULAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL E DA PROPOSTA

2.1. O presente contrato vincula-se integralmente ao Edital da Concorrência Eletrônica nº \_\_\_\_/2026, ao Processo Administrativo nº \_\_\_\_/2026, ao Projeto Básico, ao Memorial Descritivo, à proposta da contratada e a todos os demais documentos que integram o procedimento licitatório, independentemente de transcrição.

2.2. Integram o presente contrato, para todos os fins de direito, como se nele estivessem transcritos:



- I – o Edital e seus anexos;
- II – o Projeto Básico, Memorial Descritivo e demais peças técnicas;
- III – a proposta da contratada;
- IV – a planilha orçamentária e o cronograma físico-financeiro.

### **CLÁUSULA TERCEIRA DO REGIME DE EXECUÇÃO**

3.1. O objeto do presente contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, nos termos do art. 46 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. No regime de empreitada por preço global, a contratada assume a responsabilidade pela execução integral do objeto, pelo preço previamente ajustado, abrangendo todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução da obra, inclusive materiais, mão de obra, equipamentos, encargos sociais, tributos, transporte, seguros e demais despesas correlatas.

3.3. Eventuais variações quantitativas, omissões ou insuficiências na proposta não ensejarão acréscimos automáticos ao valor contratado, ressalvadas as hipóteses legais de alteração contratual previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA QUARTA DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente à execução integral do objeto, conforme proposta vencedora.

#### **4.2. Da Medição e Pagamento**

4.2.1. O pagamento será efetuado mediante medições periódicas dos serviços efetivamente executados, conforme os quantitativos apurados pela fiscalização, observada a planilha orçamentária contratual, o cronograma físico-financeiro e as demais condições estabelecidas neste contrato.

4.2.2. As medições deverão ser verificadas e atestadas pelo fiscal do contrato ou servidor designado pela Administração, após análise da conformidade dos serviços executados com o Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, projetos técnicos e demais peças que instruem a contratação.

4.2.3. Somente serão objeto de medição e pagamento os serviços efetivamente executados, aceitos pela fiscalização e compatíveis com as especificações técnicas exigidas, podendo ser glosados os quantitativos ou valores correspondentes a serviços não executados, executados em desconformidade ou pendentes de correção.

4.2.4. A contratada deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal/Fatura, acompanhada da documentação exigida, para fins de instrução do processo de liquidação da despesa.

4.2.5. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente regular, desde que a medição tenha sido atestada e estejam atendidas as demais condições necessárias à liquidação da despesa.



### **4.3. Das Retenções Tributárias, Previdenciárias e Fiscais**

4.3.1. O Município promoverá as retenções tributárias, previdenciárias e fiscais cabíveis, na forma da legislação vigente, especialmente quanto aos tributos e contribuições incidentes sobre a contratação.

4.3.2. Será efetuada, quando cabível, a retenção da contribuição previdenciária, nos termos da legislação aplicável.

4.3.3. Será efetuada a retenção do Imposto Sobre Serviços — ISS, quando incidente, nos termos da legislação tributária municipal.

4.3.4. Eventual dedução de materiais da base de cálculo do ISS somente será admitida nas hipóteses legalmente permitidas e mediante apresentação de documentação fiscal idônea pela contratada, sujeita à análise da Administração.

4.3.5. Na ausência de comprovação suficiente, a retenção tributária será realizada sobre a base de cálculo admitida pela legislação aplicável.

### **4.4. Da Vedação ao Pagamento Antecipado**

4.4.1. Não será admitido pagamento antecipado, salvo nas hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável e devidamente justificadas nos autos.

### **4.5. Da Regularidade Fiscal**

4.5.1. O pagamento ficará condicionado à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, sem prejuízo da apresentação dos demais documentos exigidos para liquidação da despesa.

4.5.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, inconsistência na medição, ausência de documento exigível ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização da pendência, sem ônus para a Administração.

### **4.6. Forma de Pagamento**

4.6.1. Os pagamentos serão efetuados por meio de transferência bancária em conta indicada pela contratada.

### **4.7. Documentação para Pagamento**

4.7.1. Para cada medição, a contratada deverá apresentar, quando exigível:

- a) boletim de medição assinado pelo responsável técnico e aprovado pela fiscalização;
- b) Nota Fiscal/Fatura correspondente;
- c) comprovação de regularidade junto ao FGTS;
- d) certidão de regularidade perante a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas — CNDT, ou positiva com efeitos de negativa;
- f) certidão de regularidade estadual;



- g) certidão de regularidade municipal da sede da empresa;
- h) comprovação de recolhimento das contribuições previdenciárias, quando aplicável;
- i) demais documentos necessários à comprovação da regular execução contratual e à liquidação da despesa.

## **CLÁUSULA QUINTA**

### **AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DO VALOR DO CONTRATO**

5.1. O contrato poderá ser alterado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante acréscimos ou supressões no objeto, devidamente justificados e formalizados pela Administração.

5.2. Os acréscimos ou supressões ficam limitados a até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

5.3. No caso de reforma de edifício ou equipamento, os acréscimos poderão atingir o limite de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da legislação aplicável.

5.4. As alterações contratuais deverão ser formalizadas por meio de termo aditivo, precedidas de justificativa técnica e autorização da autoridade competente.

5.5. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, dentro dos limites legais estabelecidos.

## **CLÁUSULA SEXTA**

### **DO REAJUSTE DE PREÇOS**

6.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência inicial do contrato, contada a partir da sua assinatura, observado o prazo contratual estabelecido neste instrumento.

6.2. Na hipótese de prorrogação da vigência contratual, e desde que atendidos os requisitos legais aplicáveis, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do INCC — Índice Nacional de Custo da Construção, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas — FGV, ou outro índice que venha a substituí-lo, observado o disposto no art. 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.3. O reajuste dependerá de solicitação formal da contratada, devidamente instruída, e será precedido de análise pela Administração, podendo ser formalizado por apostilamento, quando não houver alteração contratual.

6.4. O reajuste não se confunde com a revisão contratual destinada ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, que poderá ocorrer nas hipóteses legais, desde que devidamente comprovado o fato gerador e o impacto nos encargos da contratada.

## **CLÁUSULA SÉTIMA**

### **CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

7. As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta das Dotações Orçamentárias, ante a previsão legal prevista na Lei Orçamentária Anual do Município:



**02.06.00 – 27.812.0045.1001- 4.4.90.51 - 959(1) – Obras e Instalações**

## **CLÁUSULA OITAVA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, o Edital, seus anexos, o Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, demais peças técnicas e as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. O presente contrato rege-se por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

### **8.3. Das Obrigações da Contratada**

Sem prejuízo das demais obrigações legais e contratuais, compete à contratada:

8.3.1. Executar integralmente os serviços descritos na planilha orçamentária e nas demais peças técnicas, observando as especificações constantes do Projeto Básico, Memorial Descritivo, projetos, normas técnicas aplicáveis e determinações da fiscalização.

8.3.2. Responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos decorrentes da execução do objeto, incluindo materiais, mão de obra, equipamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, seguros, transporte, tributos e demais despesas necessárias, não cabendo qualquer ônus adicional à Administração.

8.3.3. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou desconformidades, no prazo fixado pela fiscalização.

8.3.5. Cumprir rigorosamente os prazos de execução, o cronograma físico-financeiro e as ordens de serviço emitidas pela Administração.

8.3.6. Apresentar, quando solicitado, a relação nominal de seu corpo técnico, empregados, prepostos e responsáveis pela execução dos serviços.

8.3.7. Cumprir integralmente as normas de segurança e medicina do trabalho, garantindo o uso de Equipamentos de Proteção Individual — EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva — EPC, podendo a Administração suspender os serviços em caso de descumprimento, sem prejuízo dos prazos contratuais e das penalidades cabíveis.

8.3.8. Responsabilizar-se pela qualidade e exatidão dos serviços executados, inclusive quanto a eventuais subcontratações autorizadas.





8.3.9. Providenciar, antes do início dos serviços, o registro da ART ou RRT junto ao CREA ou CAU, apresentando cópia à fiscalização.

8.3.10. Submeter à aprovação da fiscalização, quando solicitado, amostras, especificações, certificados, laudos ou informações técnicas dos materiais a serem utilizados na execução dos serviços.

8.3.11. Observar as normas técnicas da ABNT aplicáveis à execução de obras e serviços de engenharia, bem como as normas ambientais, de acessibilidade, segurança e sustentabilidade pertinentes ao objeto.

8.3.12. Sanar, após o recebimento provisório e até o definitivo, todas as irregularidades, pendências ou inconformidades apontadas pela fiscalização.

8.3.13. Gerenciar e dar destinação adequada aos resíduos gerados durante a execução da obra, atendendo às exigências ambientais e prestando informações quando solicitado.

8.3.14. Abster-se de empregar, na execução do contrato, pessoas que se enquadrem nas hipóteses de impedimento previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3.15. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.3.16. Comunicar imediatamente à fiscalização qualquer ocorrência que possa comprometer a execução, a segurança, a qualidade, o prazo ou o custo da obra.

#### **8.4. Dos Materiais**

8.4.1. A contratada fornecerá todos os materiais necessários à execução dos serviços, os quais deverão ser novos, de primeira qualidade, compatíveis com as especificações técnicas e em conformidade com as normas da ABNT.

8.4.2. Eventuais substituições de materiais somente poderão ocorrer mediante aprovação prévia da fiscalização, desde que mantida ou melhorada a qualidade técnica, sem ônus adicional para a Administração.

#### **8.5. Do Licenciamento e Regularização**

8.5.1. Compete à contratada promover, quando necessário e conforme orientação da Administração, os procedimentos legais relativos ao licenciamento, registros, autorizações ou regularizações vinculadas à execução da obra junto aos órgãos competentes, apresentando a devida comprovação à fiscalização.

#### **8.6. Do Diário de Obras**

8.6.1. A contratada deverá observar as disposições do Decreto Municipal nº 3.194/2025, mantendo atualizado o Diário de Obras, conforme exigido para obras públicas municipais.

8.6.2. O Diário de Obras deverá registrar, no mínimo, as principais ocorrências, frentes de serviço, condições climáticas, efetivo de pessoal, equipamentos utilizados, materiais



empregados, medições, orientações da fiscalização, eventuais paralisações, inconformidades e demais informações relevantes ao acompanhamento da obra.

## **CLÁUSULA NONA**

### **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. Constituem obrigações da contratante, sem prejuízo de outras previstas na legislação e neste contrato:

- I – fornecer à contratada as informações, documentos e condições necessárias à adequada execução do objeto contratual;
- II – emitir a Ordem de Serviço, quando atendidas as condições necessárias ao início da execução;
- III – efetuar os pagamentos devidos, nos prazos e condições estabelecidos neste contrato;
- IV – acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor ou comissão designada;
- V – solicitar esclarecimentos, determinar correções e adotar as medidas necessárias ao fiel cumprimento contratual;
- VI – rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações contratuais, determinando sua correção, substituição ou refazimento;
- VII – aplicar as sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, em caso de inexecução total ou parcial do contrato;
- VIII – assegurar à contratada o exercício do contraditório e da ampla defesa em todos os atos que possam resultar em sanções ou extinção contratual.

## **CLÁUSULA DÉCIMA**

### **DA EXTINÇÃO ANTECIPADA**

10.1. O presente contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão formalmente motivada da Administração, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabível.

10.2. A extinção poderá ocorrer:

- I – por ato unilateral e escrito da Administração, nas hipóteses legais;
- II – consensualmente, por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração;
- III – por decisão arbitral, quando cabível, ou por decisão judicial.

10.3. A extinção contratual deverá ser precedida de procedimento administrativo regular, no qual serão observados, no mínimo:

- I – levantamento dos serviços já executados, total ou parcialmente;
- II – apuração dos valores já pagos e dos eventualmente devidos;
- III – cálculo de indenizações, multas ou eventuais compensações;
- IV – análise da responsabilidade das partes;
- V – notificação dos responsáveis pelas garantias contratuais, quando exigidas.

10.4. A extinção do contrato não exonera as partes do cumprimento de obrigações pendentes, especialmente quanto à responsabilidade por vícios, defeitos, garantias, prejuízos ou danos decorrentes da execução contratual.



## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. A contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste contrato, especialmente quando:

- I – der causa à inexecução parcial do contrato;
- II – der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III – der causa à inexecução total do contrato;
- IV – ensejar o retardamento da execução do objeto sem motivo justificado;
- V – apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI – praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

11.2. Pela prática das infrações previstas neste contrato, poderão ser aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II – as peculiaridades do caso concreto;
- III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente nas hipóteses de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.5. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, observados os seguintes parâmetros:

- I – multa moratória de 0,5% sobre o valor da parcela em atraso, por dia de atraso injustificado na execução do objeto, limitada a 10% do valor da parcela inadimplida;
- II – multa compensatória de 10% sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de inexecução parcial do contrato;
- III – multa compensatória de 20% sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total do objeto;
- IV – multa de até 30% sobre o valor do contrato, nas hipóteses de fraude, declaração falsa, comportamento inidôneo ou prática de ato que cause grave prejuízo à Administração, observada a gravidade da conduta e os limites legais.



11.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nas hipóteses legais em que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada nas hipóteses legais que justifiquem penalidade mais grave, impedindo o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.8. A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.9. Na hipótese de aplicação de multa, a Administração poderá descontar o respectivo valor de pagamentos eventualmente devidos à contratada, executar a garantia contratual, quando houver, ou promover a cobrança administrativa ou judicial, inclusive mediante inscrição em dívida ativa, se cabível.

11.10. A multa somente poderá ser afastada ou reduzida quando a contratada demonstrar, de forma suficiente, que o descumprimento decorreu de caso fortuito, força maior ou fato de terceiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

11.11. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.12. Caso o valor da garantia contratual seja utilizado, no todo ou em parte, para pagamento de multa, indenização ou ressarcimento, a contratada deverá recompor a garantia no prazo fixado pela Administração.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**12.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 6 (seis) meses, contado da data de sua assinatura, abrangendo o período necessário à execução, recebimento provisório e definitivo do objeto.**

12.2. O prazo de execução dos serviços será de até 90 (noventa) dias, conforme previsto no cronograma físico-financeiro e nas peças técnicas, contado da emissão da Ordem de Serviço.

12.3. Os serviços deverão ser iniciados em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Administração.

12.4. A prorrogação do prazo contratual, quando necessária, deverá ser justificada tecnicamente e autorizada pela Administração, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.5. Tratando-se de contratação por escopo, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que haja autorização formal da autoridade competente.



12.6. Quando a não conclusão decorrer de culpa da contratada, esta será constituída em mora, sujeitando-se às sanções administrativas cabíveis, podendo a Administração optar pela extinção do contrato e adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO FORO COMPETENTE**

13.1. A interpretação e aplicação dos termos deste instrumento serão regidas pelas leis brasileiras, em especial pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, ficando eleito o Foro da Comarca de Assis/SP para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2. E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se a cumprir e fazer cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tarumã, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ  
NOME COMPLETO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL**

**Empresa  
Representante legal  
Contratada**

Fiscal do Contrato

1. \_\_\_\_\_

Nome completo

RG nº \_\_\_\_\_

Gestor do Contrato

2. \_\_\_\_\_

Nome completo

RG nº \_\_\_\_\_





## TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

**CONTRATANTE:** \_\_\_\_\_

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_

**CONTRATO Nº.** \_\_\_\_\_

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DO ESTÁDIO CASSIDIO PINTO.**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Tarumã, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

### **AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_



CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

Pelo CONTRATANTE:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Pela CONTRATADA:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**FISCAL DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_



## ANEXO II - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E VISTORIA TÉCNICA

Declaro, para os devidos fins, que tenho conhecimento do local onde se realizarão as obras e/ou serviços, \_\_\_\_\_, com pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação, responsabilizando-me pela execução dos mesmos e pela fiel observância da execução do objeto de acordo com os projetos, memoriais e especificações técnicas, detalhes, catálogo de componentes e planilha orçamentária. Declaro, também, a concordância com os quantitativos, preços unitários e global apresentados, bem como demais elementos técnicos fornecidos pelo (a) [Órgão / Entidade Licitador] e, aceito, como sendo válida a situação em que se encontra o local para a realização do objeto desta licitação e pelo cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas.

OBRA:.....

MUNICÍPIO DE .....

Nome da Empresa:

Processo nº

Edital nº

Município de ...../RS..... de ..... de 20.....

\_\_\_\_\_  
**Representante da Empresa**  
(Assinatura do representante)

\_\_\_\_\_  
**Responsável Técnico da Empresa**  
CREA N.º ou CAU N.º  
(Nome, assinatura)



### ANEXO III - DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

**DECLARAR**, para fins de participação no Processo Licitatório nº. \_\_\_\_/2026 – Concorrência Obra nº \_\_\_\_/2026, a indicação do Sr (a) \_\_\_\_\_, como engenheiro (a) Civil, sob o C.R.E.A. Nº \_\_\_\_\_, como sendo responsável técnico pela obra licitada.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade



**ANEXO IV**  
**MODELO – CARTA PROPOSTA DE PREÇOS**

À

Secretaria Municipal de AGRO/OBRAS DE TARUMÃ/SP

Referência: Concorrência Obra n.º \_\_\_\_/2026 – Processo n.º \_\_\_\_/2026

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para execução de obra civil de adequação e reforma da infraestrutura do Estádio Municipal Cassídio Pinto.

Propomos à Secretaria Municipal de AGRO/OBRAS DE TARUMÃ/SP a execução do objeto da Licitação supra referenciada, tudo em conformidade com o Edital, Condições Gerais de Contratos e Elementos Técnicos Instrutores da Licitação em referência.

1. O preço Global da proposta é de R\$ \_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_).

2. O prazo de validade da Proposta será de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de abertura dos Envelopes da Licitação.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2026.

Obs. Caso haja divergência entre o valor da proposta numérico e o valor por extenso, prevalecerá o valor por extenso. Incluir dados bancários para pagamento.





**ANEXO V – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO;  
(ANEXO)**



**ANEXO VI – PROJETO BÁSICO, MEMORIAIS, DESENHOS TÉCNICOS E DEMAIS PEÇAS;  
(ANEXO)**



**ANEXO VII – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / ORÇAMENTO BASE DA ADMINISTRAÇÃO.  
(ANEXO)**



## ANEXO VIII – MAPA DE RISCO (ANEXO)



## ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO

### **DECLARAÇÃO**

Obs: Apresentar esta declaração acompanhada da CERTIDÃO DA JUNTA COMERCIAL (Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, conforme artigo 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007) ou pelo Cartório de Registro Civil, conforme o caso).

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_  
nº \_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_,  
inscrita no C.N.P.J. sob nº \_\_\_\_\_,  
Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato  
representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas  
atribuições legais, vem:

**DECLARAR**, para fins de participação no  
Processo Licitatório nº. \_\_\_\_/2026 – Concorrência Obras nº. \_\_\_\_/2026, sob as penas da Lei, que  
a sobredita empresa se enquadra perfeitamente nos exatos termos do artigo 3º da Lei  
Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta, portando, a exercer o  
direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório, conforme  
disposição contida no item 3, do presente Edital.

**DECLARO**, outrossim, que a empresa não está  
enquadrada em qualquer impedimento previsto no artigo 3º, parágrafo 4º, da LC nº. 123/06.  
Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os  
efeitos jurídicos e legais de direito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº. documento identidade





## DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. \_\_\_\_/2026 – Concorrência Obras nº. \_\_\_\_/2026, sob as penas da Lei, que inexistem fatos impeditivos à habilitação e participação no referido certame.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade



## DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

**DECLARAR**, para fins de participação no Processo Licitatório nº. \_\_\_\_/2026 – Concorrência Obra nº. \_\_\_\_/2026, sob as penas da Lei, que cumpre e está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade



## DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

**DECLARAR**, sob pena de Lei, para fins de participação no Processo Licitatório nº. \_\_\_\_/2026 – Concorrência Obras nº. \_\_\_\_/2026, que a empresa .....(razão social/CNPJ) ..... não está impedida de licitar ou contratar com a Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade



## DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

**DECLARAR**, para fins de participação no Processo Licitatório nº. \_\_\_\_/2026 – Concorrência Obras nº \_\_\_\_/2026, a indicação do Sr (a) \_\_\_\_\_, como engenheiro (a) Civil, sob o C.R.E.A. Nº \_\_\_\_\_, como sendo responsável técnico pela obra licitada.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade



## DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, **engenheiro Civil**,  
registrado sob o C.R.E.A. N° \_\_\_\_\_:

DECLARO, para fins de participação no Processo Licitatório n°. \_\_\_\_/2026 – Concorrência Obras n° \_\_\_\_/2026, estar ciente e concordar com a minha indicação feita pela empresa \_\_\_\_\_, CNPJ n° \_\_\_\_\_, como responsável técnico do objeto desta licitação.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
N° documento identidade





## DECLARAÇÃO “NÃO VÍNCULO MUNICIPAL”

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

**DECLARAR**, sob as penas das leis e para os devidos fins, que seu proprietário, e/ou sócios, e/ou gerentes, não possuem vínculo parentesco com o Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários, na forma estabelecida pela Lei.

Tarumã, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade



## DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. \_\_\_\_/2026 – Concorrência Obras nº. \_\_\_\_/2026, sob as penas da Lei, que está em cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme Art. 63, IV da Lei Federal 14.133/21.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade



## DECLARAÇÃO “QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA”

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

**DECLARAR**, sob as penas das leis e para os devidos fins, que a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, vencedora do processo \_\_\_\_\_ licitatório nº \_\_\_\_\_, Modalidade \_\_\_\_\_, realizado para \_\_\_\_\_, no âmbito do Contrato de Repasse nº \_\_\_\_\_, não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

Tarumã, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade



### **MODELO DE PROCURAÇÃO**

(Este modelo é facultativo, podendo ser utilizado outros modelos)

Eu,.....(sócio proprietário), residente na rua ..... na cidade de ....., portador da RG ..... e CPF....., venho por meio desta, nomear o Senhor(a)....., portador do RG....., residente a rua....., nº....., como meu bastante procurador, para o fim especial de representar a empresa ....., situada a rua (Avenida)....., nº, na cidade de ....., Estado de ....., CNPJ..... e Inscrição Estadual....., junto a Prefeitura Municipal de Tarumã/SP, no edital de Licitação Processo nº \_\_\_\_/2026, Modalidade Concorrência Obras nº \_\_\_\_/2026, para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da minha empresa acima citada, inclusive para assinatura do Contrato.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável  
Cargo do Responsável  
Nº documento identidade

